

Feminização territorial e gestão comunitária na Roupa Suja, Rio de Janeiro

Territorial Feminization and Community Management in Roupa Suja, Rio de Janeiro

Denise Pini Rosalem da Fonseca

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
dfonseca@puc-rio.br

Inês Maria Silva Maciel

Faculdade Carioca de Informática
immaciel@uol.com.br

Courtney Price Ivins

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
cpi4@hoyamail.georgetown.edu

Resumo

Ensaio sobre trabalho de campo da pesquisa Feminização do poder, realizado na Roupa Suja, uma das 32 localidades da favela da Rocinha, Rio de Janeiro entre 2009 e 2011. Esta pesquisa estuda a participação feminina em instituições locais com o objetivo de descrever e analisar as transformações ocorridas nas últimas duas décadas em termos de práticas políticas relativas à gestão comunitária. Este trabalho busca subsidiar, epistemologicamente, um mapeamento social participativo que será realizado na localidade em 2012, em parceria com a rede social feminina Coletivo de Mulheres que Estudam Mulheres – COMEM, cujo objetivo é postular possibilidades de reconstrução daquele território a partir do conceito de territorialidade.

Palavras-chave: territorialidade; feminização; Roupa Suja; Rocinha.

Abstract

An essay about a field work of the Feminization of Power research, occurred in Roupa Suja, one of the 32 localities in favela da Rocinha, Rio de Janeiro, from 2009 to 2011. This research assesses female participation in local institutions, aiming to describe and analyze the transformations occurred in terms of political practices related to community management, in the last two decades. This work aims to provide epistemological support for a participatory social mapping to be done in 2012, with the participation of the feminine social network Coletivo de Mulheres que Estudam Mulheres – COMEM (Network of Women who Study Women), whose goal is to postulate possibilities of reconstruction of that territory, based on the concept of territoriality.

Keywords: territoriality; feminization; Roupa Suja; Rocinha.



A motivação para este trabalho surgiu das intervenções de campo que vem sendo desenvolvidas desde 2009, na Roupa Suja – uma das territorialidades mais estigmatizadas da favela da Rocinha, Rio de Janeiro. A pesquisa-ação a que este trabalho se circunscreve é um desdobramento do projeto de pesquisa intitulado *Feminização do poder* (CNPq/2008-2013), do Grupo de Pesquisa Cultura e Sustentabilidade, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Esta pesquisa estuda a participação feminina em instituições locais com o objetivo de descrever e analisar as transformações ocorridas nas últimas duas décadas.

O conceito ‘territorialidade’ (SANTOS; SILVEIRA, 2001), tomado da Geografia, é central para este estudo, posto que dele nos valem para tratar de pertencas territoriais pautadas em vivências concretas e apropriações coletivas e generificadas do espaço, que transcendem a noção de limite/fronteira (necessariamente ligada ao conceito de ‘território’), além de permitir articular, politicamente, território e práticas políticas (o que inclui formas de gestão comunitária), evitando a polissemia do conceito sociológico/antropológico ‘comunidade’ e seus vícios políticos.

Logo na entrada a este campo de pesquisa, há dois anos, nos deparamos com uma dificuldade específica na definição de um dos principais parâmetros da pesquisa: a pertença geopolítica das lideranças femininas locais que nos interessavam conhecer.

O território chamado de Roupa Suja, no qual o trabalho de campo se concentra, corresponde a uma das 32 localidades (TROINA, 2010) identificadas em 2009 pelo Canteiro Social do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal na Rocinha, favela na qual habitam mais de 100 mil pessoas, agrupadas em 38.000 domicílios (TROINA, 2010). Localizado em uma das ladeiras do Morro Dois Irmãos, imediatamente acima da entrada do túnel homônimo, pelo lado de São Conrado, o território que contém a Roupa Suja se confunde com os da Macega e Sítio, por compartilharem a mesma ladeira escarpada; uma comparável externalidade de pobreza e certa subalternidade geopolítica no conjunto de territorialidades que compõem o território da Rocinha. Tudo isso para não comentar o uso daquela localidade como área de vitimização, e/ou despejo de corpos vitimados pelos grupos armados com domínio de território na Rocinha.

Para, além disso, as inúmeras agências dos governos com responsabilidades específicas de gestão sobre territórios (Secretarias de Assistência Social, de Saúde, de Educação, etc.), ou prestadoras de serviço

(Light, Comlurb, etc.) possuem mapeamentos próprios dos territórios que compõem a favela da Rocinha. Estes, não, necessariamente, coincidem em termos dos seus limites e, conseqüentemente, não são sinérgicos em termos das políticas e programas de gestão a ele referidas. Finalmente, muitas vezes estes mapeamentos sequer reconhecem a existência da Roupa Suja, subsumindo-a nas territorialidades vizinhas, ou simplesmente, renomeando-a, à revelia de seus moradores e de suas percepções de pertença territorial.

A decorrente complexidade deste estado de coisas, com fortes implicações sobre as percepções de pertença geopolítica das mulheres participantes da pesquisa, instalou para a pesquisa a necessidade de compreensão dos mecanismos de construção – e de possibilidades de redefinição – dos limites do território da Roupa Suja, a partir do conceito de territorialidade. Para tanto, estabeleceu-se uma parceria das pesquisadoras com uma rede local de lideranças femininas – o Coletivo de Mulheres que Estudam Mulheres, COMEM na Rocinha – para o desenvolvimento de um mapeamento social participativo da territorialidade da Roupa Suja, que se encontra atualmente em processo de implementação.

Este trabalho corresponde a uma primeira reflexão sobre os fundamentos desse mapeamento: seus agentes sociais centrais; sua historicidade e atual contexto sociopolítico e sua delimitação geopolítica. O que se espera como produto é uma pauta inicial de questões epistemológicas a serem investigadas e hipóteses ontológicas a serem averiguadas no bojo do trabalho de campo.

Em termos conceituais, apropriamos a distinção postulada por Milton Santos de ‘território’ e ‘territorialidade’, qual seja: “... espaço apropriado e usado” e “... pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS; SILVEIRA, 2001). O que se assume como eixo norteador desse mapeamento é que a ideia de (re)construir uma territorialidade própria pode contribuir com a afirmação de novos sujeitos coletivos, percebidos enquanto sujeitos de Direitos. Estamos falando, portanto, de um processo de cidadanização com ênfase em territórios generificados, na medida em que nossas premissas articulam sujeitos femininos coletivos e Direitos, visando políticas públicas específicas.

No entanto, é importante ressaltar que a relevância do conceito do ‘território’ permanece, pois este é invariavelmente tomado como base para a implementação e gestão de políticas públicas e sociais que visam garantir Direitos.

O objetivo deste trabalho é contribuir epistemologicamente com estudos sobre gestão

territorial participativa em favelas nas quais atuam – ou atuaram – grupos armados com domínio de território, aqui denominada ‘gestão comunitária’, um dos principais desafios apresentados na atualidade para a implantação e consolidação das chamadas UPPs Sociais no Rio de Janeiro.

É importante salientar que a opção pelo termo ‘gestão comunitária’ no título deste trabalho se refere às novas formas associativas e de resistência social atualmente correntes nas favelas do Rio de Janeiro. Preliminarmente, entendemos que as atuais formas de gestão comunitária se caracterizam por: 1) ocorrer em rede; 2) apresentar forte protagonismo político feminino, e 3) utilizar as novas tecnologias de informação como ferramentas de gestão. Cabe ressaltar que ‘gestão comunitária’ assim compreendida não está relacionada ao conceito de ‘comunidade’, enquanto definidor de territorialidade ou de identidade.

Em termos de agentes sociais protagônicos, nossa ênfase repousa sobre as redes sociais femininas. O que se busca é contribuir com novas abordagens para mapeamentos sociais participativos, tomados enquanto ferramentas para a concepção e implementação de políticas e programas de desenvolvimento local, apoiando-se metodologicamente nas redes sociais identitárias do local (FONSECA, 2003) e utilizando-se da técnica de snowball sampling (SALGANIK; HECKATHORN, 2004).

Por estarmos tratando, em última instância de relações de poder, é importante salientar que as disputas de poder material e simbólico na Rocinha são negociadas a partir de uma dinâmica de pobreza fortemente multidimensional. As hierarquias locais, construídas por, e entre, os moradores, mimetizam as desigualdades socioeconômicas internas e criam limitações, tensões e distensões quase imperceptíveis ao olhar de um outsider.

Essas hierarquias assumem, também, expressão geopolítica, através da partição formal e/ou informal da Rocinha em comunidades, subdistritos, Áreas de Intervenção, etc., estabelecidos, nomeados e/ou contestados por seus moradores. A construção social destes limites, muitas vezes, não-marcados – embora sejam conhecidos e respeitados por muitos – é evidente na disparidade de percepções internas a respeito das suas fronteiras físicas.

Embora estas divisões sejam frequentemente inconsistentes com as fronteiras geopolíticas construídas para as intervenções públicas na Rocinha, não é inconsequente a sua influência mútua. Estas se refletem nas iniciativas de desenvolvimento e de acesso aos recursos públicos, que são desigualmente distribuídos por localidade. Esse processo é fruto da

visibilidade política percebida – ou perceptível; da viabilidade técnica; da rapidez na implantação das ações pretendidas e da sua relevância estratégica. Por outro lado, ele também é produto da influência e capacidade de mobilização das redes sociais locais e de seus interesses. Dessa forma, embora as subdivisões geopolíticas formais sejam distintas das estabelecidas entre moradores, estas estão intimamente ligadas, e contribuem mutuamente com a reprodução das desigualdades socioeconômicas internas, através das quais as fronteiras continuam sendo construídas e percebidas.

Ao estudar a participação das mulheres na gestão de instituições públicas não-estatais, este trabalho busca conhecer as intersecções entre territorialidade e identidade de gênero, no âmbito da Roupa Suja.

Cabe salientar que, ao distinguir ‘território’ de ‘territorialidade’, em termos de seus agentes sociais principais, este trabalho assume que a territorialidade serve como base para as redes sociais desenvolverem identidades coletivas e promoverem ações políticas, enquanto território é base para legitimar e administrar intervenções e políticas públicas do Estado, através de suas agências e/ou parceiros.

Sobre comunidade/favela, fronteiras e novas formas de resistência social

Inicialmente cabe uma aproximação à polissemia que está contida no conceito ‘comunidade’ com o qual o Estado e a sociedade brasileira vêm operando há mais de cinco décadas para tratar dos territórios de pobreza urbana. Essa apropriação importa para justificar nossa opção acadêmico/política pelo termo ‘favela’ para identificar o território da Rocinha e, no seu interior, a ‘territorialidade’ da Roupa Suja.

No campo sociológico, a primeira definição de ‘comunidade’ foi conceituada por C. J. Galpin, em 1915, em termos de grupos sociais localizados ao redor de áreas de comércio e serviços de uma aldeia central (SMITH, 2000). Logo outras definições surgiram, entretecendo elementos geográficos e culturais ao discurso político de formas significativas e, algumas vezes, contraditórias. Nesse processo, como observa Frazer (2000), a palavra comunidade passou ser utilizada, tanto como valor, quanto como uma categoria descritiva.

Reunindo algumas das conceituações mais utilizadas de ‘comunidade’ (COHEN, 1982; NEWBY, 1983; WILLMOTT, 1986; CROW; ALLEN, 1995; LEE; SMITH, 2001), podemos agrupá-las em quatro concepções gerais:

- Comunidades de lugar, quando a associação dos

membros se entende geograficamente. Esta concepção se aproxima do que denominamos 'rede geográfica ou de vizinhança' em estudos anteriores sobre identidade cultural e desenvolvimento local (FONSECA, 2003).

- Comunidades de interesse, também entendidas como 'eletivas' ou 'intencionais', formadas a partir de uma característica comum, além do local (tais como: orientação sexual, ocupação, origem étnico-racial, etc.). A este tipo de identidade denominamos 'rede de interesses compartilhados' (FONSECA, 2003).

- Comunidades de pertença, focadas em significados, simbolismos e/ou identidades comuns. Alternativamente entendida como comunidades de 'sentido' ou 'apego', destaca o importante papel simbólico de comunidade na geração de um sentido de pertença entre seus membros. A esta concepção de comunidade associamos, principalmente, o que chamamos anteriormente de 'redes familiares' (FONSECA, 2003). Como Cohen (1982) argumenta, a realidade da comunidade de pertença está na percepção da vitalidade da sua cultura pelos membros que a compõem. "As pessoas constroem a comunidade simbolicamente, tornando-a um recurso e um repositório de significado; uma referência de identidade" (COHEN, 1985, p.118, Tradução nossa).

- Comunhão, a mais rara. Esta concepção de comunidade se caracteriza como uma conexão ideal e profunda, produzindo um forte sentido de apego a um lugar, a um grupo ou a uma ideia, gerando um 'espírito de comunidade'. A esta concepção associamos, principalmente, o que chamamos de 'redes religiosas' (FONSECA, 2003).

A convivência ambígua de muitas destas concepções de comunidade têm favorecido a conceituação, por parte de alguns autores, de comunidades enquanto 'redes', como nós mesmos o fizemos no passado, permitindo seu mapeamento e mensuração, cuja densidade ou graus de conexão ajudam a explicar ou, ao menos descrever, as condições que influenciam as experiências dos seus membros.

Entretanto, há autores, como Margaret Stacey (1969), que entendem comunidade como um não-conceito, e centram sua reflexão no que a autora chama de 'sistemas sociais locais'. Em referência aos estudos urbanos no Brasil, Anthony e Emily Leeds igualmente descartaram o termo comunidade em favor do uso da noção de 'localidade' que, segundo os autores, "... não nos obriga a postular uma unidade mínima ou máxima de organização como a 'comunidade', nem discutir o seu status ontológico" (LEEDS; LEEDS, 1978 apud BURGOS, 2002, p. 24).

A respeito das 'comunidades de lugar' – concepção que mais se aproxima do objeto deste estudo -, é

importante que se comente que, com o crescente volume e velocidade de movimentos transfronteiriços, provocando a diminuição na primazia das relações sociais locais, a percepção de vizinhança não mais indica uma associação entre vizinhos, ou que estes façam parte da mesma comunidade. Tão cedo quanto, Bott (1957), já observara esse fenômeno a partir de uma pesquisa de famílias urbanas, mostrando como os ambientes sociais que eles consideravam mais próximos não eram, necessariamente, as áreas locais onde moravam, mas sim as 'redes de relações sociais reais' que mantinham, independentemente da limitação à área local, ou que se estendessem além das suas fronteiras.

Há autores que destacam a diminuição na primazia dos sistemas sociais locais como consequência negativa da globalização e da expansão capitalista, cujos efeitos contribuem para o deslocamento dos centros de poder a favor das forças transnacionais do mercado, tendo como resultados a privatização de serviços sociais locais, a erosão da democracia e a noção de bens públicos. Como impacto cumulativo deste processo, o indivíduo se vê cada vez mais como consumidor, em vez de participante cívico e a sociedade se afasta do coletivo a favor do individualismo (GIDDENS, 1984; BECK, 1992; BAUMAN, 1999, 2003; SMITH, 2001). Outros argumentam que, com os mecanismos tecnológicos de comunicação povoando a chamada aldeia global (MCLUHAN; POWERS, 1992), os fenômenos de globalização podem também contribuir para gerar novas fontes e ingredientes para construção de identidades culturais coletivas (HALL, 2004; CAPRA, 2005; CASTELLS, 2009), além de novos fundamentos para comunidades de interesse ou pertença.

Seja fora ou dentro do local, a inclinação das pessoas de se envolverem um com o outro depende em grande medida no que Tocqueville chamou de 'hábitos do coração' – as normas e valores de uma determinada sociedade que geram um sentido de apego. Na leitura de comunidade como valor, Smith identifica três qualidades recorrentes na literatura: 1) 'tolerância' (abertura aos outros); 2) 'reciprocidade' (a expectativa mútua de comportamento positivo, motivado por altruísmo no curto prazo e auto-interesse no longo prazo); e 3) 'confiança' (relacionada à expectativa de que as pessoas e as instituições vão agir de forma coerente, honesta e apropriada).

Robert Putnam (2000) articula esses valores de comunidade como formas de 'capital social'. Distinguindo este conceito de 'capital físico' (objetos físicos) e 'capital humano' (propriedades de indivíduos), Putnam descreve 'capital social' como as conexões entre indivíduos – as redes sociais e normas

de reciprocidade e confiança que surgem a partir delas. Mostrando os benefícios de tais redes para os indicadores sociais, ele aponta para as correlações em melhorias de desenvolvimento infantil, segurança e limpeza de espaços públicos, prosperidade econômica e saúde.

Nesta perspectiva, a comunidade chega a ser um valor aspirado, uma forma de conexão que transcende as relações sociais concretas. A forma mais profunda desse ideal corresponde à categoria de ‘comunhão’. Elizabeth Frazer (2000) descreve essa experiência de comunidade como eufórica e fugaz, argumentando que: “A aspiração à comunidade (...) transcende o emaranhado mundano e concreto” (FRAZER, 2000, p. 83, Tradução nossa).

Bauman (1999), Hall (2004) e Castells (1999; 2009) articulam a procura deste ideal à construção de projetos ou utopias, afirmando a necessidade de ativamente construir ‘comunidades de senso comum’ que, fragilizadas e vulneráveis, são sempre sujeitas a reflexão, contestação e fragmentação.

Essa necessidade de obrigar, ou deliberadamente construir coesão, é uma distinção recorrente na literatura sobre comunidade e nação, tendo como origem a teoria clássica de Ferdinand Tönnies (1935) de *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade ou associação). Ao contrastar essas duas formas básicas de organização humana, o sociólogo destaca o *Gemeinschaft* por gerar um sentido de pertença tácito, derivado de práticas herdadas e uma noção de status social automaticamente atribuída. Tomando a família como a expressão perfeita de *Gemeinschaft*, Tönnies também compara este conceito com grupos pequenos, pré-industriais. No *Gemeinschaft*, raramente é necessário manter o controle social por meios externos, devido a um senso de lealdade dos indivíduos ao coletivo. Por outro lado, no *Gesellschaft*, os interesses dos indivíduos têm maior precedência. A coesão geralmente depende de uma complexa divisão do trabalho, sendo sempre submetida a conflitos.

No contexto do pensamento sociológico contemporâneo, autores diversos vêm pontuando como essas formas de comunidades tradicionais e tácitas estão cada vez menos presentes no mundo atual, fomentando o desejo de procurá-las ou de inventá-las. Como historiador, Eric Hobsbawm observa que: “a palavra ‘comunidade’ nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real” (HOBSBAWM, 1984).

Neste debate, Zygmunt Bauman enfatiza as consequências do advento da globalização e das novas

tecnologias de comunicação, que criam uma realidade caracterizada por insegurança, competição, desregulamentação e liquidez. Neste contexto, a comunidade é procurada como um círculo aconchegante de segurança e pertença. Mas o autor afirma que, embora imaginada e desejada, a comunidade local, no seu sentido natural e intuitivo, não existe mais. Em seu lugar, formamos comunidades de entendimento ou interesse. Ao procurar pertença nessas ‘identidades comunitárias’, com intenções, crenças, recursos e outros fatores afetando a grau de coesão dos participantes, as pessoas acabam fragmentando e criando cada vez mais fronteiras, reproduzindo e deixando intactas as raízes de sua insegurança. Dessa forma, Bauman afirma que a identidade se tornou um substituto para comunidade no mundo moderno. Como Jock Young coloca: “precisamente quando a comunidade entra em colapso, a identidade é inventada” (YOUNG apud BAUMAN, 1999, p. 20). Essa visão baseia-se numa afirmação da tendência moderna de procurar soluções individuais para problemas coletivos.

É importante lembrar também, posto que o objeto deste estudo seja uma favela, que há vínculos conceituais estabelecidos entre as palavras ‘favela’ e ‘comunidade’ que merecem ser compreendidos. Há, necessariamente, de se problematizar a complexidade dos significados presentes, tanto nos discursos da sociedade, quanto no do Estado.

Adicionalmente, para se tratar de uma territorialidade de favela tendo em vista a realização de um mapeamento, é imprescindível que se problematize também a noção de ‘fronteiras’ para que se possa compreender como estas estão construídas e são percebidas, bem como que a sua existência constitui um ato de exclusão através da relação pertença/não pertença.

Geralmente, quando a existência de uma comunidade é reconhecida, duas coisas estão implícitas: 1) que os seus membros têm algo em comum (pertença), e 2) que aquela coisa faz o grupo diferente dos outros grupos (não pertença) (SMITH, 2000).

Benedict Anderson (2008) descreve essa lógica na construção da nação moderna como sendo uma ‘comunidade política imaginada’. Para ele esta comunidade: é ‘imaginada’ porque seus membros nunca vão conhecer todos os demais; é necessariamente ‘limitada’ pelas suas fronteiras; é ‘soberana’ na sua relação com o declínio da monarquia e o colonialismo; e é ‘comunitária’, pois possibilita que membros de diferentes classes sociais dela façam parte.

Anderson observa também como, além da

soberania, as nações geram novas formas de controle estatal dentro das fronteiras. Resgatando a noção weberiana do poder do Estado-Nação moderno e partindo do monopólio legítimo da coerção dentro de um determinado território, o autor analisa como a globalização tem fragilizado esses paradigmas tradicionais de território e pertença impactando, tanto o Estado-Nação moderno, quanto às comunidades locais. Na esfera nacional, isso fomenta a formação de blocos regionais de nações, buscando preservar seu poder e relevância. Na esfera local, surgem movimentos para proteger ou preservar ‘comunidades tradicionais’ e locais.

Por outro lado, Bauman (2003) trata da noção de ‘fronteiras’ em termos de segurança e liberdade, observando como, ao entrar em uma comunidade para conseguir segurança pessoal, é preciso abrir mão da liberdade individual. Articulando essa lógica no contexto das favelas cariocas, Marcelo Burgos observa: “a favela protege o pobre do abismo da miséria completa, ao mesmo tempo em que o mantém refém de um sistema perverso que o exclui da polis” (BURGOS, 2002, p. 25). O autor discute como essa lógica vem sendo reforçada no contexto da estagnação econômica, o recrudescimento da violência urbana e a crise social resultante, que juntos “... ampliam o sentimento de insegurança, tornando mais plausível abrir mão da liberdade em favor de alguma forma de proteção” (BURGOS, 2002, p. 25).

Dessa forma, se observa que as ‘fronteiras’ são frutos de processos históricos baseados, tanto em conquista e coerção, quanto na força da vontade coletiva. No artigo, “Gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais”, Lícia do Prado Valladares (2000) articula a inversão dessa lógica no ‘mito de origem da favela’. A autora identifica as origens dos vínculos estabelecidos entre ‘favela’ e ‘comunidade’ ao final do século XIX, quando os combatentes da Guerra de Canudos ocuparam o Morro da Providência, logo depois chamado Morro da Favella. Dessa história, nacionalmente mitificada no livro ‘Os sertões’, de Euclides da Cunha (1902), surgiu uma imagem impactante de um sertão instalado no centro da cidade, ilustrando uma dualidade sertão-litoral, depois transportada para a dualidade favela-cidade. Valladares caracteriza essa imagem da seguinte maneira:

A ideia de comunidade, tão presente no arraial analisado por Euclides da Cunha, acaba se transpondo para a favela, servindo como modelo aos primeiros observadores que tentaram caracterizar a organização social dos novos territórios da pobreza na

cidade. À semelhança de Canudos, a favela é vista como uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante de condições de vida extremamente precárias e inusitadas, marcados por uma identidade comum. (VALLADARES, 2000, p. 10).

Dessa imagem derivou a percepção das favelas como máculas na paisagem urbana. Esta percepção sustentou políticas sociais para as favelas ou, em muitos casos, sua ausência conspícua. Os planos e regulamentos urbanísticos, principiando pelo Plano Agachei (1930), tornavam-nas contrárias à legalidade urbana e indicavam a necessidade da sua remoção, sob argumentos sanitaristas, funcionais e estéticos (CARDOSO; ARAÚJO, 2007).

Revinculando essa orientação de políticas urbanas com o mito de origem das favelas, proposto por Valladares, essa representação coletiva da favela como ‘comunidade à margem’ inverteu a lógica de liberdade e segurança descrita por Burgos, com fortes implicações políticas, sobretudo, para a percebida desordem e imoralidade dos moradores:

Com um *modus vivendi* determinado pelas condições peculiares do lugar, ela é percebida como espaço de liberdade e como tal valorizada por seus habitantes. Morar na favela corresponde a uma escolha, do mesmo modo que ir para Canudos depende da vontade individual de cada um. Como comunidade organizada, tal espaço constitui-se um perigo, uma ameaça à ordem moral e à ordem social onde está inserida. Por suas regras próprias, por sua persistência em continuar favela, pela coesão entre seus moradores e por simbolizar, assim como Canudos, um espaço de resistência. (VALLADARES, 2000, p. 12).

Foi através dessa associação que a favela, segundo a autora, transformou-se efetivamente em um problema para a ordem urbana e social estabelecida. O resultado foi uma forma de política pública nas favelas marcada por intervenções pontuais e desarticuladas.

Neste contexto, a cartografia urbana fornece um exemplo ilustrativo das batalhas que continuam sendo travadas para a representação da favela no imaginário da identidade nacional. Essa realidade se plasmou a partir do Código de Obras de 1937, no qual o artigo 349 proibia a representação das favelas nos mapas da cidade do Rio de Janeiro. Considerado o primeiro texto jurídico em que o termo ‘favela’ foi utilizado, este código selou estes territórios urbanos, coletivamente, como ilegais ou informais, estabelecendo-se como alicerce para as políticas urbanas durante as décadas seguintes, que

fortaleceram a noção de fragmentação sugerida pelo termo ‘cidade partida’:

Este decreto estabeleceu um *modus vivendi*: as favelas estavam condenadas a ser uma realidade provisória e só existiriam graças à tolerância dos poderes públicos. O referido decreto aprofundou a dualidade favela versus cidade, impossibilitando, sistematicamente, o investimento público nestes espaços, já que eles não existiam oficialmente. (GONÇALVES, 2007, p. 1).

Durante as décadas seguintes, as políticas públicas para as favelas continuaram variadas e inconsistentes, indo desde tentativas de cooptar e controlar – como, por exemplo, na criação dos Parques Proletários nos anos 1940, até projetos mais agressivos de erradicação nas décadas subsequentes (CARDOSO; ARAÚJO, 2007). Neste contexto, o discurso de ‘favela/comunidade’ foi resignificado, principalmente durante os anos de 1950, através dos novos princípios de ‘desenvolvimento comunitário’. Este termo foi popularizado por Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, no contexto de criação da Cruzada São Sebastião, em 1955, que buscava uma “... solução racional, humana e cristã ao problema das favelas no Rio de Janeiro” (TELLES, 2006, p. 16).

Esses novos princípios encontraram convergência com o movimento contemporâneo de *Économie et Humanisme*, fundado por Padre Joseph Lebreton em 1942. Esse contribuiu para a formação de uma geração de planejadores urbanos na época – jovens urbanistas, arquitetos, sociólogos e economistas – que criaram equipes de pesquisas propondo novas formas de intervenção para tratar da crescente urbanização da cidade, tendo uma influência significativa nas políticas sociais urbanas nas décadas seguintes.

O discurso de ‘comunidade/favela’ continua sendo apropriado pelas políticas sociais, às vezes, de forma contraditória. Desde a reabertura política no país a partir dos anos 1980, tem sido utilizado tanto pelos movimentos sociais oriundos das favelas para reivindicar direitos de cidadania, quanto para sustentar outras agendas e posturas. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, o termo foi visivelmente apropriado pelo programa ‘Comunidade Solidária’ que, ao enfatizar as redes de apoio comunitário, foi fortemente criticado por colocar a responsabilidade de políticas sociais sobre os ombros da sociedade civil e por ter um “... caráter fisiologista de voluntarismo, e de refilantropização da assistência, em espaços como fóruns da atuação dos conselhos” (SITCOVSKY, 2004, p. 133).

Adotando um enfoque voltado para as favelas cariocas e, em particular, no contexto do trabalho de campo em curso, a territorialidade da Roupa Suja, Rocinha, torna-se necessário examinar as complexas configurações de hierarquias e desigualdades existentes e que constituem a realidade plural e multifacetada da favela. Sem tal (re) conhecimento, qualquer análise acabaria reproduzindo o que Valladares entende por um conjunto de ‘dogmas’ compartilhados por grande parte da produção acadêmica recente a respeito das favelas cariocas. Estes dogmas homogeneizam as favelas em uma configuração que reflete um desconhecimento das suas realidades múltiplas, da pobreza urbana e da própria cidade:

[...] a especificidade da favela construída por uma suposta alquimia que lhe seria exclusiva entre irregularidade da ocupação do espaço urbano e ilegalidades várias, pobreza e privações múltiplas, violência e tráfico de drogas, mas também manifestações culturais que lhe dariam a marca de identidade, do samba em outros tempos ao funk atual; a favela como território urbano dos pobres, cidade dentro da cidade, enclave e território da partição, símbolo da segregação socioespacial; a unidade da favela. (VALLADARES, 2005, p. 3).

Com todos estes antecedentes, o termo ‘comunidade’ não se adotará neste trabalho, por ser entendido como ontologicamente inadequado em referência à favela da Rocinha como um todo, território do qual a Roupa Suja é parte.

Sobre a Rocinha

Embora as primeiras ocupações, por moradores pobres, dos morros da região de São Conrado (antiga Freguesia da Gávea) – na qual a favela da Rocinha está localizada – remontem o começo do século XX, a grande expansão demográfica e territorial da Rocinha ocorreu a partir da década de 1950 (VALLADARES, 2005). Naquela ocasião, para lá afluíram um grande número de migrantes – principalmente mineiros e nordestinos – ocupados na indústria da construção civil, no contexto de desenvolvimento dos bairros de Ipanema e Leblon, localizados não longe dali. Ao ali chegar, a maioria destes encontrava-se em transição da pobreza rural para urbana. Esta realidade gerou demanda de moradia barata e localizada próxima aos canteiros de trabalho na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Denise Pini Rosalem da Fonseca, Inês Maria
Silva Maciel e Courtney Price Ivins

De acordo com a memória social local, o nome Rocinha advém do fato de que, por se tratarem de ex-trabalhadores do campo, os primeiros habitantes tinham por hábito cultivar roças de subsistência em suas residências, não apenas provendo para suas famílias, como também produzindo alimentos para comercializar no bairro da Gávea.

Uma das mais populosas favelas da América Latina e um dos principais pontos de comércio de drogas ilícitas da Zona Sul do Rio de Janeiro, a Rocinha tem sido marcada por intervenções materiais e simbólicas de muitas ordens. Algumas delas, desastrosas e fartamente veiculadas pelas mídias nacionais e estrangeiras de forma profundamente desqualificadora da população residente.

Controlada por grupos armados com domínio de território e localizada em um das regiões mais valorizadas da cidade, a Rocinha tem uma visibilidade geopolítica sem comparação no espaço urbano do Rio de Janeiro. Por esta razão, esta favela é também uma espécie de vitrine política da cidade, cujos programas e políticas públicas ali implementados cobram protagonismo político, no que se refere à complexa relação Estado/Sociedade no Rio de Janeiro, em termos de gestão territorial urbana.

Recentemente, um afluxo substantivo de investimentos tangíveis em saneamento básico, saúde e habitação, no âmbito do Programa de Crescimento Acelerado do Governo Federal, têm sido combinados com a manutenção de sistemáticas intervenções policiais com o objetivo de se instalar naquele território uma Unidade Policial Pacificadora, que visa substituir o controle dos grupos armados sobre o território pelo do Estado, em parceria com a 'comunidade', inicialmente através da Secretaria Estadual de Segurança Pública e, posteriormente, através da Secretaria de Assistência Social, entre outras. Decorre daí o interesse deste estudo para a área do Serviço Social.

Sobre a Roupa Suja

Um dos mais surpreendentes desdobramentos do projeto Feminização do poder foi a construção de uma rede feminina de solidariedade horizontal nos bairros de Vila Canoa e Rocinha. O Coletivo de Mulheres que Estudam Mulheres, COMEM, foi desenvolvido a partir de uma parceria estabelecida entre as pesquisadoras; o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e duas ONGs femininas de base comunitária: a Associação de Artesãs de Vila Canoa e a União de Mulheres Pró-Melhoramento da Roupa Suja (UMPMRS).

O objetivo dessa parceria era o de capacitar as lideranças femininas para a utilização de ferramentas virtuais na busca de soluções para questões relevantes para o seu coletivo, através de um programa de letramento informacional (Information Literacy).

As discussões ensejadas no âmbito do COMEM na Rocinha propiciaram as observações sobre desigualdades geopolíticas internas que motivaram este estudo. Foi a partir dos debates sobre presença do Estado e formas de controle sobre o território, sobre o alcance e os limites de programas sociais, que se revelaram as questões sobre percepção, delimitação e hierarquização das territorialidades, tanto nas relações entre os moradores, quanto nas trocas com os poderes institucionais.

As incursões da pesquisa na Roupa Suja revelaram incongruências relevantes nas percepções, entre os moradores, sobre os limites que definem aquele território. Além disso, percebeu-se a existência de uma forte estigmatização daquela territorialidade, seguida da conseqüente relutância em se identificar como morador da Roupa Suja, especialmente para aqueles, cujas residências se localizam em áreas limítrofes de outras territorialidades menos desqualificadoras.

Para, além disso, permanecem mecanismos de negação do nome e dos seus relatos de origem do local: elementos fundantes de identidades territoriais. Exemplo ilustrativo disto é o registrado no mapa do bairro, exposto no Posto de Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde na Rocinha, no qual o território correspondente à Roupa Suja está identificado como Morro da Alegria. Esta corresponde a uma tentativa de rever a história do local, por parte do Estado que, curiosamente, não vem sendo acolhida por alguns dos moradores.

Residente há 24 anos na Roupa Suja, uma das principais lideranças da UPMRS recupera uma das mais aceitas histórias da origem do local:

O que me contaram é que onde é o túnel Dois Irmãos tinha uns tanques onde as pessoas desciam para lavar roupas (...) por isso o nome é Roupa Suja: porque todas as pessoas desciam com suas trouxas de roupa suja, para lavar nesses tanques, na saída do Túnel Dois Irmãos. (Entrevista na sede da UPMRS, concedida em 26/07/2011).

Cabe salientar, que o termo "roupa suja", apesar do fato que o relato acima fale de "todas as pessoas", está visceralmente associado ao trabalho das lavadeiras. Lavadeiras, nos imaginários de sociedades que viveram historicamente a escravidão africana, são concebidas como mulheres subalternas, pobres e

negras. As Artes, em suas inúmeras manifestações no Brasil, no Sul dos Estados Unidos e em muitas das ilhas Caribenhas, locais onde a escravidão negra africana foi historicamente muito relevante, conferem tangibilidade a esta concepção da mulher negra pobre, não sendo raras as peças literárias, teatrais, pictóricas e esculturais que encarnam o arquétipo da lavadeira como tal.

No imaginário popular brasileiro, “lavar a roupa suja” significa enfrentar conflitos privados desqualificadores do ponto de vista social. É mais: preferencialmente, isso deve ocorrer de forma sigilosa ou silenciada, pois roupa suja se lava em casa.

A mulher lavadeira é concebida como precariamente educada – formal e informalmente, barulhenta, desalinhada, deselegante, inoportuna, indesejável, feia.

Por outro lado, sujo pode significar maculado ou descuidado, mas também, pode ser simbolicamente, entendido como lascivo ou malévolo. Além disso, sujo, sendo o contrário de limpo, pode ser: impuro, contagioso, infectado, escuro ou preto. Neste caso, as consequências sociais são ainda mais devastadoras, por que podem dar suporte ontológico ao racismo.

Pertencer a uma territorialidade de lavadeiras; de mulheres negras; que lidam com conflitos e tensões de difícil gestão; que precisam operar discreta e silenciosamente; que se educam com poucas oportunidades, etc., não é exatamente convidativo e edificante. É, portanto, compreensível que se negue este nome.

O curioso é que alguns não o fazem. Ou, talvez, seriam ‘algumas’?

O que merece ser salientado a princípio, a respeito da Roupa Suja, é que estamos diante de uma territorialidade generificada, pois se trata de um raro exemplo de feminização territorial, não apenas a partir da sua nomenclatura, ou do seu relato de origem, mas principalmente – como o campo vem demonstrando –, de uma gestão comunitária feminina, que se dá através de instituições públicas não-estatais próprias, de um território que o Estado sequer consegue compreender para cartografar.

Há outros mapeamentos reveladores deste desconhecimento. Por exemplo: para a implementação na Rocinha, em 2010, de um Programa de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Habitação, a Fundação Bento Rubião, parceira da SMH, utilizou um mapa no qual, embora a Roupa Suja esteja representada, a ausência do poder público é reconhecida apenas na sua porção conhecida como Sítio: uma meia verdade oficial.

O Sítio pertence à Roupa Suja. Só que o

Sítio era uma área que não era habitada, era uma mata... Era árvore. E as pessoas, que não tinham onde morar começaram a derrubar as árvores, capinar tudo e construir casas. Mas aí ficou Sítio, porque é um lugar que tem plantas, onde tem muito verde, aparece cobra de vez em quando. Aí o pessoal falou de Sítio, porque as casas são no meio do mato. A grande parte são casas de madeira. E pra chegar lá... se o tempo tiver bom, ótimo. Mas se chove você tem que subir engatinhando e descer de bumbum no chão. É difícil. (Entrevista na sede da UPMRS, concedida em 26/07/2011).

Entrevistas realizadas no contexto da pesquisa sobre Feminização do poder revelaram que há uma falta de reconhecimento da territorialidade da Roupa Suja por parte das agências do poder público que atuam na Rocinha, o que ilustra como a multidimensionalidade da pobreza no bairro é, frequentemente, não reconhecida pelas políticas públicas. É de se lamentar este aspecto, posto que desde 2005 Lícia Valladares já nos apontava que: “dentro de Rocinha, havia várias ‘Rocinhas’” (p. 21).

O desconhecimento das muitas territorialidades existentes na Rocinha vem se plasmando também na delimitação territorial utilizada pelo PAC. A Equipe Técnica do Trabalho Social do Programa reproduz essa lógica, ao mesmo tempo em que recupera o conceito de comunidade, este também já bastante deformado politicamente.

No Caderno de Apoio do Grupo Temático sobre memória, cultura e participação social pode-se ler:

O Território – A Rocinha é composta por mais de 20 comunidades, cada qual recebe um nome de seus habitantes. O Trabalho Social do PAC assumiu a divisão da Comunidade em 8 Áreas de Intervenção (AIs) e 25 comunidades. (PAC, 2009, p. 4).

No mapa Divisão Territorial de Atuação, deste mesmo Grupo do PAC, a Roupa Suja está cartografada como Área de Intervenção 4, junto com a Macega, porém o Sítio não está representado. Posto que os critérios de mapeamento não são explicitados na carta, assumimos ser possível imaginar que a delimitação da AI4 tenha sido determinada pelos elementos apontados inicialmente como compartilhados pela Roupa Suja e a Macega.

Sendo essas duas territorialidades suscetíveis a deslizamentos, quiçá se justifique a ausência de

previsões de atuação do PAC, e de outras políticas públicas, nestas. Ou talvez, a precariedade extrema e a dificuldade de acesso sejam as razões mais plausíveis para esta discriminação, como seria possível supor a partir da fala de uma das lideranças femininas do local:

Eu não soube que teve visitas do pessoal PAC na área mais alta da Roupa Suja, que é a área chamada de Sítio, que é uma das áreas mais carentes da Roupa Suja (Entrevista na sede da UMPMRS, concedida em 26/07/2011).

A construção da territorialidade

Segundo Milton Santos: “O território, visto como unidade e diversidade é uma questão central da história humana e de cada país, e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (SANTOS, 2000, p. 20). Obviamente, nesta passagem Santos se referia ao território nacional. Entretanto, o que nos interessa é poder reafirmar que o território é historicamente central para a afirmação de qualquer pertença geopolítica e que, embora esta se conceba como uma, invariavelmente será internamente diversa. É bom lembrar também que diverso não é sinônimo de desigual, pois não implica em hierarquizações internas.

Na atualidade, a Rocinha se destaca como um território em plena transformação, tanto na atenção que tem recebido enquanto foco de políticas públicas, quanto na mobilização das suas redes sociais internas. Esse estudo se propõe a examinar não apenas este momento na Rocinha, no contexto atual de desenvolvimento urbano nacional, mas também as mudanças de paradigma propiciadas por ações coletivas, construídas a partir de redes sociais locais. A construção de identidades territoriais através destas redes, e o contexto de mudanças históricas mais amplas, se encontram nas novas práticas políticas e na procura para um desenvolvimento local sustentável.

Embora o tamanho, visibilidade e importância estratégica da Rocinha tenham contribuído para a sua centralidade nas políticas públicas nos anos recentes, a história de mobilizações e lutas políticas dos próprios moradores para conquistar acesso a infraestrutura básica e serviços públicos foi fundamental para realização destas conquistas.

A partir da distensão política, principiada ainda na década de 1970, a crescente insatisfação dos moradores com as condições de infraestrutura no bairro propiciou o reaquecimento dos movimentos sociais locais. No bojo dessas mobilizações, a União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha

(UPMMR), principal associação de moradores do bairro, permanecia como a organização mais visível da Rocinha frente ao poder público. Com a fragmentação desta associação, ainda na década de 1970, os “... moradores de localidades específicas da Rocinha criavam associações independentes para cuidar dos seus próprios interesses. As mais importantes no Labouriaux e no Bairro Barcellos” (MONTEIRO, 2004, p. 25).

Com menor visibilidade no contexto dessas lutas políticas, a Roupa Suja permaneceu marginalizada e estigmatizada, mantendo altos índices de pobreza e insegurança. Nesse contexto é que foi criada a UMPMRS, como relata uma das lideranças do local:

Bem, esse trabalho eu comecei quando eu tinha doze anos, em 1978, e eu morava na Rua Dois. Quando eu vim morar aqui na Roupa Suja, alguns dos meus alunos vieram comigo. Porque eu dava reforço escolar e tomava conta de crianças. A minha casa ficou pequena e eu fui para um prédio, que era um prédio branco que tinha da Igreja Católica. E onde nós começamos a trabalhar lá nesse prédio, e a C. veio trabalhar comigo. Porque eu dava aulas de reforço escolar pro filho da C., mas C. sempre quis assim... Ela sempre foi uma pessoa muito espontânea: —“No que eu posso te ajudar? O que eu posso fazer?” E aí começamos a trabalhar. E aí surgiu uma francesa que teve a ideia de nos ajudar: —“Tá, mas pra eu ajudar vocês, vocês tem que ser reconhecidas, registradas.” E daí a francesa disse: —“Não, vocês vão fundar alguma coisa para que eu possa ajudar vocês.” E aí um dos nomes que nós sugerimos foi esse: União de Mulheres Pró-Melhoramentos da Roupa Suja, que sempre foi a ideia principal, que nós mulheres... das pessoas que estavam fazendo o trabalho... que era melhorar a qualidade de vida dos moradores desse sub-bairro. (Entrevista na sede da UMPMRS, concedida em 26/07/2011, grifo nosso).

Conhecer a história da UMPMRS, no contexto das lutas por moradia digna na Rocinha, permite compreender não apenas as razões para a escolha de nomenclatura – ao repetir a expressão União Pro-Melhoramento -, mas também, e principalmente, que a territorialidade generificada em consolidação, nasce da percepção das relações desiguais de poder intra-bairro/inter-gêneros, confluindo com a construção e

afirmação de uma identidade feminina coletiva, que é política e comprometida com a gestão do território no qual essa identidade se fundamenta.

Enquanto as desigualdades na distribuição de políticas públicas entre os sub-bairros têm contribuído para reproduzir os padrões desiguais de pobreza e estigmatização geopolítica vigentes na Rocinha, a afirmação da identidade feminina local, através da UMPMRS tem contribuído para a construção de uma nova territorialidade da Roupa Suja, re-delimitando o território; revalorizando as pertencas territoriais de homens e mulheres, e positivando a própria percepção do território: dentro e fora da Rocinha.

Sendo uma organização liderada por moradoras da Rocinha, que existe desde 1978, a União de Mulheres Pró-Melhoramentos da Roupa Suja foi registrada como organização sem fins lucrativos (ONG) apenas em 2002, com a missão de atender crianças e famílias da Roupa Suja através de Assistência Social, Saúde, geração de renda e Educação.

Nós temos a creche, que a gente costuma dizer é a mãe de tudo, porque é para cá que as crianças vêm bem pequenininhas. Depois, nós temos as aulas de reforço escolar... na verdade eu comecei meu trabalho com as aulas de reforço escolar. Tem as aulas de informática, tem as aulas de inglês. Agora, em agosto, vão começar as aulas de francês, eles têm as aulas de desenho e, atualmente, eles têm aulas de fotografia. A creche vai de três meses à cinco anos. Oficialmente, é quatro meses, mas como muitas mães são domésticas e precisam retornar ao trabalho com três meses, então a gente abre uma exceção. Mas lá na oficina a gente atende criança de seis anos, mas nós não temos uma idade limite. Por quê? Da alfabetização até a quinta série. Mas como nós temos crianças de quinze, dezesseis anos que estão na quinta série... Então, você não tem como estabelecer uma idade limite para as aulas de reforço. As aulas de inglês é para crianças e para adultos também, sendo em horários separados... As aulas de informática funcionam da mesma maneira. Então a gente acaba atendendo pessoas até vinte, vinte cinco anos. Todas as pessoas que procuram os cursos se tiver vaga, essas pessoas são atendidas. Olha, diretamente, na creche nós temos uma média de cento e vinte crianças, cento e trinta crianças. Indiretamente, atendemos 300 crianças. Por

quê? Porque nós também temos pediatra, psicólogo, fonoaudiólogo. E esses serviços médicos são também para os irmãos. Então, tanto quem está sendo atendido diretamente, quanto os irmãos tem acesso aos serviços médicos. (Entrevista na sede da UMPMRS, concedida em 26/07/2011, grifo nosso).

Embora tenha nascido no contexto das lutas por moradia digna, a UMPMRS apresenta marcas fundamentais da gestão feminina das instituições públicas não-estatais: (1) ênfase na criança e no adolescente; (2) reconhecimento da centralidade da família; (3) foco nos processos educativos (formais e não-formais); (4) preocupação com a saúde; (5) flexibilidade para lidar com a diferença, a exceção e a contingência; (6) forte sentido de cuidado e de prestação de serviço; (7) perspectiva holística e incluidora e, principalmente, (8) a mulher, no papel tradicional da mãe cuidadora, no centro de todos estes processos. Estas são questões que merecem ser aprofundadas no estudo de feminização do poder, em termos de formas de gestão comunitária, enquanto práticas políticas contemporâneas.

Com mais de 30 anos de atuação na Rocinha, a UMPMRS tem desenvolvido projetos sociais com crescente visibilidade, incluindo-se a construção de uma nova instalação, espaçosa e bem estruturada, voltada para atividades culturais e sociais da sua clientela.

O nome dessa nova instalação, Roupa Feliz, foi simbolicamente escolhido por ocupar um terreno contíguo a uma área utilizada para a tortura e os assassinatos dos inimigos do grupo armado com domínio sobre o território da Rocinha. Novamente a marca do feminino se apresenta na construção da territorialidade e na gestão comunitária, reafirmando a pertença territorial (através da repetição da palavra Roupa) e revolucionando a apropriação e uso do território (através da palavra Feliz, em oposição ao sentido da dor que estigmatizava o local).

Há outras novidades de gestão institucional que merecem a nossa observação. Incorporando as dinâmicas do tempo da globalização, no que se refere ao financiamento, a UMPMRS vem desenvolvendo iniciativas com características de empreendedorismo social, atualizando as formas de gestão da entidade ao buscar financiamento de forma assertiva e prescindindo da filantropia e de recursos oriundos de políticas sociais. Exemplo disso é o projeto denominado: Volunturismo, através do qual voluntários estrangeiros residem temporariamente na ONG, prestando serviços em um sistema de troca de

trabalho por alimentação, hospedagem e experiência internacional. Essa vanguardista iniciativa, embora possa ser questionada do ponto de vista das relações sociais desiguais que contempla, já mereceu a atenção das mídias digitais nacionais e estrangeiras, e sua nomeação em um concurso de empreendedorismo social promovido pela FIESP em âmbito nacional.

Em um território cuja presença do Estado tem sido historicamente escassa, ou inexistente, a UPMRS vem cumprindo um papel central na construção de um sentido de pertença territorial que fundamenta uma nova identidade: coletiva, política e feminina. Esta identidade encarna um novo sujeito de Direitos, promove a feminização do território e re-postula a territorialidade dos seus membros – homens e mulheres –, inovando também nas formas de gestão comunitária.

Quanto à sua relação com as agências do Estado responsáveis pela gestão territorial urbana, e seu cuidado, muito ainda há a ser compreendido e construído. Durante as chuvas que castigaram o Rio de Janeiro no verão de 2011, a UPMRS acolheu e atendeu dezenas de famílias desabrigadas pelos deslizamentos de encostas ocorridos na Macega (SANTOS, 2011), uma população que, embora seja sujeito de Direitos, não foi atendida pelo poder público. Nesta oportunidade, certamente, as 'lavadeiras' da Roupa Suja conquistaram, mais uma vez, o reconhecimento e o respeito da população da Rocinha.

Não seriam conhecimento, credibilidade, respeito, compromisso e ações concretas e eficientes os fundamentos para uma gestão comunitária capaz de dominar um território?

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BECK, Ulrich. **What is globalization?** Cambridge: Polity Press, 1999.
- BOTT, Elizabeth. **Family and social networks:** roles, norms and external relationships in ordinary urban families. London: Tavistock, 1957.
- BOURDIEU, Pierre. Forms of capital. In: RICHARDS, J. C. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**, New York: Greenwood Press, 1983.
- BURGOS, Marcelo. **A utopia da comunidade:** Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2001.
- CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CARDOSO, Adauto Lucio; ARAÚJO, Rosane Lopes. A política de urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras:** uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: FINEP, 2007. (Coleção Habitare)
- CASTELLS, Manuel. **Communication power.** New York: Oxford University Press, 2009.
- _____. **O poder da identidade:** a era da informação – economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.
- COHEN, Anthony Paul. **Belonging:** identity and social organization in British rural cultures. Manchester: Manchester University Press, 1982.
- _____. **The symbolic construction of community.** London: Tavistock, 1985.
- COMMUNITY Asset Mapping: A critical strategy for service. **Bonner foundation:** resources. Disponível em: < <http://www.bonner.org/resources/...>>. Acesso em: 11 maio 2004.
- CROW, Graham; ALLAN, Graham. **Community life:** an introduction to local social relations. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1994.
- FONSECA, Denise Pini Rosalem. Cultura e sustentabilidade: uma conversa inicial. **O social em questão**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 8-19, 2003.
- FRAZER, Elizabeth. **The Problem of communitarian politics:** unity and conflict. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Denise Pini Rosalem da Fonseca, Inês Maria
Silva Maciel e Courtney Price Ivins

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzler. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GONÇALVES, Rafael Soares. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao código de obras de 1937. **Os urbanitas: Revista de Antropologia Urbana**, n. 5, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/...>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Eds.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOGGETT, Paul. **Contested communities: experiences, struggles, policies**. Bristol: Policy Press, 1997.

MCLUHAN, Marshall; POWERS, Bruce R. **The global village: transformations in world life and media in the 21st century**. New York: Oxford University Press, 1992.

MONTEIRO, Marcelo. DNA das urnas. **Viva Rio: Favela tem memória**, Rio de Janeiro, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br/...>>. Acesso em: 15 set 2011.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre o estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PAC. Comitê Gestor. Desenvolvimento sustentável da Rocinha. PAC Rocinha, Grupo Temático 4: Memória, cultura e participação social: **Caderno de Apoio**, Rio de Janeiro, 2009.

PERTILLE, Angélica Bauer. Regularização fundiária sustentável: o caso da Rocinha e do Vidigal, no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EM PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. **Anais**, Blumenau, 2007.

PUTNAM, Robert. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon/Schuster, 2000.

SALGANIK, M. J.; HECKATHORN, D. D. Sampling and estimation in hidden populations using respondent-driven sampling. **Sociological Methodology**, v. 34, n. 1, p. 193-239, 2004.

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade do início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Ocimar. União de Mulheres da Rocinha atende famílias desabrigadas. **Rocinha.org**, Rio de Janeiro, maio 2011. Disponível em: <<http://www.rocinha.org/noticias/...>> Acesso em: 27 set. 2011.

SMITH, Mark. K. Community. **The encyclopedia of informal education**, 2001. London: YMCA George Williams College, 2011. Disponível em: <<http://www.infed.org/...>>. Acesso em: 20 nov 2011.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA (Org.). **Ensaio sobre o estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

STACEY, Margaret. The myth of community studies. **The British Journal of Sociology**, v. 20, n. 2, p. 134-147, jun. 1969. Disponível em: <<http://www.jstor.org/...>>. Acesso em: 3 dez 2011.

TELLES, Vera da Silva. Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, Out. 2006.

TÖNNIES, Ferdinand. **Gemeinschaft und gesellschaft**. 8. ed. Leipzig: Buske, 1935.

TROINA, Marat. PAC Rocinha. Canteiro Social. In: **APRESENTAÇÃO NA PUC-RJ**. Rio de Janeiro: DSE, 2010. (Circulação restrita)

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Denise Pini Rosalem da Fonseca, Inês Maria Silva Maciel e Courtney Price Ivins

Feminização territorial e gestão comunitária na Roupa Suja, Rio de Janeiro

_____. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000.

Recebido em: 20 de dezembro de 2011.
Aceito em: 18 de março de 2012.

Denise Pini Rosalem da Fonseca, Inês Maria
Silva Maciel e Courtney Price Ivins